

Resumo

A legislação europeia relativa aos recursos hídricos sofreu recentemente alterações profundas. Com a entrada em vigor da Directiva Quadro da Água, de forma abrangente, e da Directiva 98/83/CE, no âmbito da qualidade da água destinada ao consumo humano, os Estados-membros tiveram de se adaptar as novas disposições legais.

Em Portugal, a transposição da Directiva Quadro para o direito interno será concretizada a curto prazo, enquanto a Directiva 98/83/CE foi já transposta, através do Decreto-Lei n.º 243/2001. As alterações introduzidas por estes diplomas têm sido acompanhadas pelas instituições nacionais envolvidas nesta matéria e por todas as partes interessadas, em particular, pelas entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água, cujo desenvolvimento da actividade depende directamente do quadro legislativo em vigor.

O impacto causado pelas novas disposições legais ainda não é totalmente conhecido para as referidas entidades gestoras, dependendo da dimensão e características específicas de cada sistema de abastecimento. Contudo, é possível antever as principais repercussões de carácter técnico, económico ou mesmo jurídico, do Decreto-Lei n.º 243/2001, no controlo da qualidade da água distribuída.

Com base no estudo de um caso prático, a análise conduzida permitiu concluir que as alterações legislativas poderão ter impacto económico junto ao consumidor, potenciando o agravamento do preço final da água, em particular nos sistemas de abastecimento de pequena dimensão.

Abstract

The European legislation relating to water resources is undergoing some major changes. Regarding water quality for human consumption, the comprehensive implementation of the Water Framework Directive together with the 98/83/EC Directive, will oblige member states to adapt to new legislation.

In Portugal, the transposition of the Water Framework Directive to internal law will be completed soon, while that has already occurred relating to the 98/83/EC by means of the law 243/2001. The changes introduced by these laws have been followed by national institutions involved in this area and other interested parties, in particular, by management entities of water supply systems, whose activities are influenced by the legislation.

The impact of this legislation on the above entities is not yet fully understood because it depends on the size and specific characteristics of each distribution system. However, it is possible to predict the main technical, financial and legal implications of the law 243/2001 on quality control of distributed water.

Following that analysis and based in a case study, it could be concluded that the law changes could have an economic impact, in particular, in small sized water distribution systems, which potentially causes the increase of the final price of water to the consumers.